

Renato Stanzziola Vieira

CONTROLE DA PROVA PENAL

Obtenção e Admissibilidade

Prefácio

GUSTAVO BADARÓ

Apresentação

GERALDO PRADO

Assista ao vídeo
de apresentação
da obra



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourri

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Ana Paula Cavalcanti, Bárbara Baraldi, Carina Baptista, Leticia Macario e Thais Pereira

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Vieira, Renato Stanziola
CONTROLE DA PROVA PENAL : Obtenção e Admissibilidade / Renato
Stanziola Vieira. -- 1. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia
ISBN 978-65-5614-543-3

1. Direito processual penal 2. Direito processual penal - Brasil 3. Prova
(Direito) I. Título.

21-61352

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual penal 343.1(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
ONCESSÁRIO GIRO METODOLÓGICO: A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	27
1. O DIREITO À PROVA NO PROCESSO PENAL: ASPECTOS FUNDAMENTAIS	31
1.1. O estudo das regras de obtenção e admissibilidade da prova penal	31
1.2. O ponto de partida: epistemologia judiciária e controle da produção da prova penal	33
1.3. A epistemologia e a presença das regras probatórias	39
1.4. A delimitação probatória e a escolha político-criminal	46
1.4.1. O dualismo de Herbert Packer	51
1.4.2. O dualismo de Mirjan Damaška	52
1.5. Distinções do direito à prova no <i>common law</i> e no <i>civil law</i>	55
1.5.1. O direito à prova no sistema do <i>common law</i>	56
1.5.2. O direito à prova no sistema do <i>civil law</i>	61
1.6. <i>Exclusionary rules</i> e proibições probatórias	64
1.6.1. <i>As exclusionary rules</i>	64
1.6.2. As proibições probatórias	68
1.6.3. Convergências atuais entre as <i>exclusionary rules</i> e as proibições probatórias	72
2. O DIREITO À PROVA E A OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTO PROBATÓRIO	81
2.1. O procedimento probatório	81
2.2. Fases do procedimento probatório no processo penal brasileiro	83

2.2.1.	Os quatro momentos procedimentais: proposição, admissão, produção e valoração.....	84
2.2.1.1.	O momento da proposição	85
2.2.1.2.	O momento da admissão	86
2.2.1.3.	O momento da produção.....	89
2.2.1.4.	O momento da valoração	90
2.2.2.	Especificidade: o direito à investigação no processo penal brasileiro	90
2.3.	Peculiaridades do sistema processual penal italiano: momentos da admissão e aquisição ou assunção	94
2.4.	Direito limitado à admissibilidade dos meios de prova	101
2.4.1.	Os controles formal e lógico da admissibilidade da produção probatória	104
2.4.2.	O tratamento das proibições probatórias no Brasil a partir de 1988	111
3.	O DIREITO À PROVA E O LÉXICO DAS PROVAS.....	115
3.1.	A expressão “prova”.....	116
3.2.	Fonte, meio, elemento, objeto e resultado de prova	119
3.3.	A distinção entre os meios de prova e os meios de pesquisa de prova	124
3.3.1.	Do “Projeto Carnelutti” às “relazioni al progetto preliminare”	125
3.3.2.	A distinção entre meios de prova e meios de pesquisa de prova no <i>Progetto Preliminare</i> , de 1978, nas <i>relazioni</i> e no <i>Codice di Procedura Penale</i> , de 1988	127
3.3.3.	A difusão da separação conceitual: Portugal e Brasil.....	134
3.3.4.	Crítica à categoria dos meios de pesquisa de prova.....	139
3.4.	Atos de investigação e atos de prova	144
3.5.	Atos de produção probatória irrepitível, cautelar e antecipada.....	147
3.5.1.	Atos de produção probatória irrepitível	148
3.5.2.	Atos de produção probatória cautelar.....	150
3.5.3.	Atos de produção probatória antecipada	151
3.6.	Provas pré-constituídas e provas constituendas.....	154
3.7.	Provas típicas, atípicas, anômalas e irrituais	157
4.	VARIAÇÕES ESTRUTURAIS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA.....	161
4.1.	Delimitação do capítulo.....	161
4.2.	A estrutura do <i>Codice di Procedura Penale</i> , de 1988.....	162

4.2.1.	A audiência preliminar	165
4.2.2.	O incidente probatório	168
4.3.	A estrutura do processo penal latino-americano reformado	170
4.3.1.	O Código de Processo Penal do Chile, de 2000	177
4.3.1.1.	A fase de investigação	178
4.3.1.2.	A fase intermediária	183
4.3.1.3.	A fase oral	184
4.3.2.	O Código de Processo Penal do Uruguai, vigente a partir de 2017	184
4.3.2.1.	A investigação preliminar (indagatória preliminar) ...	186
4.3.2.2.	A fase de controle da acusação	189
4.4.	Ainda o Código Modelo para Ibero-América: o que ficou para trás	191
5.	O CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	195
5.1.	A decisão de pronúncia no Código de Processo Criminal, de 1832	195
5.2.	O recebimento da denúncia, originariamente, no Código de 1941	200
5.3.	Movimentos reformistas até o advento do PL 4.207/2001	202
5.4.	A tramitação do PL n. 4.207/2001 e o advento da Lei 11.719/2008	208
5.5.	Síntese da evolução histórica com considerações sobre o PL n. 8.045/2010	211
6.	CONTROLE NA OBTENÇÃO E ADMISSIBILIDADE DE ELEMENTOS DE PROVA NA DINÂMICA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA	217
6.1.	O Juiz de Garantias e o filtro de admissibilidade probatória	218
6.1.1.	A figura do Juiz de Garantias em ordenamentos processuais contíguos	219
6.1.2.	O Juiz de Garantias no Brasil	221
6.2.	A extensão da competência do Juiz de Garantias	226
6.3.	A audiência de controle da admissibilidade dos elementos de informação ...	236
6.3.1.	O controle da admissibilidade de elementos de informação em países contíguos	239
6.3.1.1.	O modelo chileno	239
6.3.1.2.	O modelo uruguaio	242
6.3.1.3.	O modelo colombiano	242
6.3.1.4.	O modelo peruano	243
6.3.2.	Parâmetros da audiência de controle da admissibilidade dos elementos de informação	244

26 | CONTROLE DA PROVA PENAL

6.3.2.1.	O controle sob o plano formal	248
6.3.2.2.	O controle sob o plano lógico	249
6.4.	O controle de admissibilidade dos elementos de informação pré-constituídos	252
6.5.	O controle de admissibilidade de elementos de informação de natureza cautelar, irrepetível e antecipada	254
6.6.	O controle da admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação	260
6.6.1.	O controle da admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação: a autorização prévia	262
6.6.2.	O controle da admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação: a análise do resultado	265
7.	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	269
	CONCLUSÕES	277
	REFERÊNCIAS	285